



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 21 2 DE AGOSTO DE 2025.

3 Ao vigésimo primeiro (21º) dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco (2025), às oito horas e dez minutos
4 (8h10), iniciou-se a décima quinta (15ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca,
5 realizada presencialmente, na Secretaria de Educação - Av. Francisco Paulo Quintanilha Ribeiro, 550 – Parque
6 Francal, Franca-SP. A reunião foi coordenada pela presidente, Márcia Tomie Nakao. Estiveram presentes na reunião
7 dezesseis (16) conselheiros(as), sendo nove (09) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com os(as)
8 seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** José dos Reis Marcelino Silva, Élcio Bento Teodoro, Viviane Cristina Silva
9 Vaz Ribeiro, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Márcia Tomie Nakao, Jaqueline Santos de Paula, Eder Furtado
10 Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Christiane Hakime de Souza, Denize Benez Ornellas Graciano, Sônia Maria de
11 Andrade Souza, Doniel Rodrigo Perez de Andréa e Gabriel Ferreira dos Santos. **Conselheiros(as) Suplentes na**
12 **Titularidade:** Maria Aparecida Donizete de Souza e Cristina Malta Guimarães. **Conselheiros(as) Suplentes:** Aline
13 Lima da Silva. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS estiveram presentes:** A estagiária, Luiza Pasquarelli e o
14 estagiário Gabriel da Rocha Moura. Também esteve presente a Chefe Administrativo do Setor de Conselhos
15 vinculados à Assistência Social, Roberta Muniz Piotto de Oliveira. Também participaram da reunião, pessoas
16 convidadas da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, foi aprovada da seguinte forma: [1 – ORDEM DO](#)
17 [DIA: 1.1 – Chamada, Verificação de quórum e apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 1.2 –](#)
18 [Deliberação sobre a ata da 13ª Reunião Ordinária \(31.07\); 1.3 – Leitura e Aprovação da pauta. 2 – ASSUNTOS:](#)
19 [2.1 – Apresentação de nova solicitação do FNAS para regularização das Prestações de Contas de Emendas](#)
20 [Federais \(2019, 2020 e 2021\) e Parecer da Comissão de Orçamento e Mesa Diretora para deliberação do](#)
21 [colegiado; 2.2 – Devolutiva sobre os trabalhos da reunião conjunta – CMAS/COMUPI – análise da Resolução](#)
22 [Conjunta CMAS/COMUPI nº 01.2018; 2.3 – Apresentação de proposta acerca da Consulta Pública sobre a](#)
23 [Resolução CNAS de Benefícios Eventuais. 3 – INFORMES: 3.1 – Publicação de RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº](#)
24 [202, DE 25 DE JULHO DE 2025 – Orienta os conselhos de assistência social, nas três esferas, quanto à sua](#)
25 [organização e funcionamento como instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do](#)
26 [Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos](#)
27 [percentuais dos índices de gestão descentralizada, destinados ao controle social e dá outras providências. – Para](#)
28 [ciência e estudos da Comissão de Controle Social do PBF; 3.2 – Apresentação da nova chefe do Setor](#)
29 [Administrativo dos Conselhos de Políticas Públicas Vinculados à Assistência Social; 3.3 – Publicação de Decreto](#)
30 [Municipal nº 12.064, de 13 de agosto de 2025. Cria o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a](#)
31 [População em Situação de Rua \(Comitê Pop Rua\); 3.4 – Publicação de Nota Pública do CNAS ao Congresso](#)
32 [Brasileiro; 3.5 – Lembrete – Reunião Extraordinária – logo após a reunião ordinária; 3.6 – Palavra aberta aos](#)
33 [conselheiros e convidados.](#) A presidente Márcia iniciou a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e
34 convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do CMAS e a chamada fossem realizadas.
35 Verificado e confirmado o quórum, com a presença de quinze (15) conselheiros(as) titulares ou suplentes na

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Luciana Braga da Silva, Marina Borges de
37 Araújo, Gabriela Alves Teixeira, Karla Cristina Miranda Melo, Elaine Pereira de Sousa, Rosania Aparecida Silva
38 Palamoni, Roberta Pucci de Melo, Aline Tatiane Silva de Assis, Simone Martins Ramos, Fernanda Peixoto Cintra
39 Meneghetti, Adriana Aparecida Salviano Martins e Teresinha Vicentina Silva Goulart. Na sequência, passou-se ao
40 primeiro item dos assuntos da pauta: **2.1 – Apresentação de nova solicitação do FNAS para regularização das**
41 ***Prestações de Contas de Emendas Federais (2019, 2020 e 2021) e Parecer da Comissão de Orçamento e Mesa***
42 ***Diretora para deliberação do colegiado;*** O assunto foi iniciado pela presidente Márcia, informando aos
43 conselheiros sobre a nova solicitação do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para a regularização das
44 prestações de contas de emendas federais dos anos de 2019, 2020 e 2021. Disse que a Mesa Diretora do CMAS,
45 junto a Comissão de Orçamento, realizou visitas no Centro POP e nas OSCs citadas nas prestações de contas, para
46 averiguar os equipamentos adquiridos com as emendas, bem como, quais impactos foram gerados nas organizações
47 com a aquisição destes. Em seguida, disse que foi elaborado um relatório das visitas realizadas, e a gestão contribuiu
48 com as explicações referentes às notas e aos gastos feitos. Jandira lembrou que essas emendas são de anos
49 anteriores, e que quando a gestão assumiu haviam saldos nas contas, que foram gastos e feitas as prestações de
50 contas. Posteriormente o FNAS solicitou algumas explicações, que foram feitas, sendo algumas acatadas e outras
51 não. Disse que recentemente o Fundo Nacional enviou ofício à Gestão, que posteriormente foi encaminhado
52 também ao Conselho para ciência, solicitando novas justificativas. Expôs que foi feita uma reunião com o
53 representante do Governo Federal, senhor Odicleber, e na ocasião a gestão apresentou todas as dificuldades
54 encontradas na aquisição de equipamentos, em razão do período pandêmico, licitações desertas, etc. Éder comentou
55 que posteriormente o assunto foi levado para Mesa Diretora e Comissão de Orçamento do CMAS, em reunião,
56 ficando definido que seriam realizadas visitas institucionais para verificar os equipamentos e este mesmo grupo
57 elaborou o relatório que será apresentado. Jandira relatou ainda que o ofício resposta da SEDAS também será
58 apresentado pontuando que também foram questionadas situações de valores que não estavam alinhados com as
59 notas e documentos apresentados no BB Ágil. Essa situação se deu em virtude de impostos serem debitados junto às
60 notas e o valor da prestação de contas não ficava condizente com o valor inserido no sistema. Éder explicou que a
61 maioria dos questionamentos se dava nessa situação, citando como exemplo: um carro custava cem mil reais, porém
62 na nota constava noventa e oito mil e quinhentos reais, pois mil e quinhentos reais eram relativos ao ISS – imposto
63 sobre serviços. Outro questionamento feito, referiu-se a movimentação bancária para custear determinada nota,
64 cujos valores também estavam divergentes. Disse que quando a prefeitura tem um pagamento para fazer para a
65 mesma empresa, apesar de serem emitidas várias notas, é feita uma única movimentação bancária, e os impostos
66 incidem sobre o valor total das notas emitidas, e assim, o extrato bancário demonstra um valor mais alto,
67 justificando-se assim essa diferença. Pontuou que o setor financeiro da secretaria, analisou item por item, fez
68 “prints” da tela do sistema, anexou extrato e nota, para explicar tudo e evitar que o recurso seja devolvido, salientou,
69 porém, que não há essa garantia. Jandira disse que o documento ficou imenso e relatou que foi um trabalho árduo e
70 que envolveu vários trabalhadores da SEDAS, a Secretária-Executiva, conselheiros, visando resgatar esses

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

documentos e alinhar tudo. Em seguida o ofício resposta da Gestão foi apresentado e alguns itens foram sendo explicados. No decorrer da apresentação do ofício e parecer da Gestão, Éder e Jandira elucidaram as questões que suscitaram dúvidas ou que eram mais complexas, reforçando que algumas situações se deram por dificuldades nas licitações e em outras sobre itens que, passado o tempo, já não fazia mais sentido a aquisição para a OSC. Márcia enfatizou que o ofício do Fundo Nacional foi encaminhado para o CMAS somente agora, e que vê isso como uma forma de transparência e necessidade de acompanhamento do conselho. Disse que a Secretária Executiva Maria Amélia fez todo o levantamento das resoluções de aprovação e de alterações de itens de todos as emendas, além das respectivas atas em que o assunto foi deliberado. Em seguida também foi apresentado o ofício resposta do CMAS, que demonstra todas as atas e resoluções sobre essas emendas, mostrando que o conselho está sempre acompanhando e fiscalizando as ações. Viviane salientou que o documento também é grande, pois é um histórico de todo o processo, item por item. Eder ressaltou a organização da Secretaria Executiva do Conselho neste trabalho. Jandira também reforçou a importância do trabalho dos trabalhadores da SEDAS, Ingrid, Sandra, Avner e outros que se debruçaram por semanas para isso. Viviane pontuou a importância de reforçar que não houve má-fé, e que essas alterações tiveram por objetivo atender as necessidades das OSCs. Por fim, Éder e Jandira sugeriram que fosse elaborada uma Resolução dispondo sobre a aprovação dos pareceres que constam no ofício do CMAS, acerca das prestações de contas das emendas federais de 2019, 2020 e 2021. Márcia destacou que todos esses documentos ficarão também a disposição para consulta e solicitou a deliberação do colegiado que acatou as justificativas apresentadas pela Gestão e deliberou pela aprovação do ofício do CMAS e pela publicação da Resolução proposta pelo Éder. **2.2 – Devolutiva sobre os trabalhos da reunião conjunta – CMAS/COMUPI – análise da Resolução Conjunta CMAS/COMUPI nº 01.2018;** Márcia deu início ao assunto explicando que foi criada uma comissão em conjunto ao COMUPI, para debater e analisar a resolução conjunta CMAS/COMUPI nº 01.2018. Salientou que a comissão já realizou duas reuniões, sendo a segunda realizada no dia anterior. Nesta, após a leitura da resolução, concluíram que alguns itens precisam ser adequados uma vez que houve alterações em normativas nacionais, e ao analisarem os contratos, viram que estão praticamente iguais. Informou que foi marcada uma nova reunião para o dia 03 de setembro, da comissão junto as OSCs que executam serviços de acolhimento para idosos e ao setor de monitoramento, para entender quais são as queixas, as necessidades que não estão sendo contempladas nos contratos, e assim pensar em conjunto. A questão de como fazer o manuseio dos 30% da pessoa idosa acolhida, é algo que está sendo muito debatido, visto que na regulamentação consta que, para o manuseio dos 30%, deve ser aberta uma conta para cada pessoa idosa acolhida, porém as OSCs relatam que o acompanhamento de cada conta individual, é algo muito complicado de se fazer. Éder sugeriu que seria interessante pensar em uma maneira de formalizar a intenção da pessoa idosa em relação a essa verba, pois acontece muita violência patrimonial com pessoas idosas. Pontuou que seria importante formalizar de forma que assegure o idoso, caso ele queira ou não usar o dinheiro ou passar para outras pessoas, como seus familiares. Por fim, Márcia ressaltou que com a reunião, que será realizada no dia 03/09, às 8h30, no teatro da FEJI, as queixas das OSCs serão entendidas, se é alguma situação específica, ou das OSCs em geral, para poder discutir quais são as necessidades e como atendê-las da melhor forma.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

106 **2.3 – Apresentação de proposta acerca da Consulta Pública sobre a Resolução CNAS de Benefícios Eventuais;**
107 Márcia recordou ao colegiado que o assunto já havia sido trazido anteriormente, foi falado que o prazo para inserção
108 das propostas da consulta pública sobre a Resolução CNAS de Benefícios Eventuais se encerraria no dia 28 de
109 agosto. Em razão disso, foi feita uma ampliação da Comissão de Política para que a resolução fosse analisada,
110 formuladas as propostas, e assim ser deliberado pelo colegiado. Na sequência, a conselheira Viviane realizou a
111 leitura das propostas elaboradas. Foram feitas sugestões nos seguintes artigos: capítulo I, parágrafo único, linha 7;
112 capítulo II, art. 2ª e ainda no capítulo II, linha 5 – X e §1º; capítulo III, art. 8ª na linha 5 - § 2º; capítulo IV, supressão
113 do artigo 10 da linha 6; capítulo VI, linha 0 - § 5º e linha 1 - §6º; Capítulo VII, linha 14 - art. 18; capítulo VIII, linha
114 18 - art. 20; capítulo IX, na linha 9 – III, linha 14 – art. 25 e linha 15 art. 26; capítulo XIII, art. 33, 34, 35 e 36. Após
115 a apresentação das contribuições, o colegiado deliberou pela aprovação das propostas acerca da Consulta Pública
116 sobre a Resolução CNAS de Benefícios Eventuais. As propostas devem ser inseridas em um sistema, antes de findar
117 o prazo. **3 – INFORMES: 3.1 – Publicação de RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 202, DE 25 DE JULHO DE 2025 –**
118 ***Orienta os conselhos de assistência social, nas três esferas, quanto à sua organização e funcionamento como***
119 ***instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas***
120 ***Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão***
121 ***descentralizada, destinados ao controle social e dá outras providências. – Para ciência e estudos da Comissão de***
122 ***Controle Social do PBF;*** Márcia explicou que foi publicada a Resolução do CNAS/MDS Nº 202, DE 25 DE
123 JULHO DE 2025, que traz orientações sobre a organização e funcionamento dos conselhos de assistência social,
124 como instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas
125 Sociais do Governo Federal, e também para a aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão
126 descentralizada, destinados ao controle social e dá outras providências. A presidente lembrou que no começo do
127 ano, foi feita uma consulta pública sobre as questões do papel do conselho dentro da esfera de fiscalização, e agora
128 foi publicada a resolução. A conselheira Viviane falou sobre o índice de acompanhamento da educação, no
129 município de Franca, que atualmente está acima da média nacional, enquanto na saúde isso é um problema,
130 pontuando que já foram propostas várias estratégias, já foi cedido estagiário para ajudar nesse trabalho, mas o índice
131 continua baixo. A conselheira Jandira destacou o quão preocupante é essa situação, visto que deve ser alcançado um
132 percentual mínimo, e estando abaixo, o recurso também é reduzido. Foi sugerido que fosse realizada uma reunião
133 com a servidora e gestora da saúde no Programa Bolsa Família, Mara, e a servidora do CADUnico, Ana Flávia, para
134 discutir e entender essa questão, e o colegiado aderiu a sugestão. **3.2 – Apresentação da nova chefe do Setor**
135 ***Administrativo dos Conselhos de Políticas Públicas Vinculados à Assistência Social;*** Foi nomeada como nova
136 chefe do setor Roberta Muniz Piotto de Oliveira. Roberta fez uma breve apresentação ao CMAS, tomou posse do
137 cargo nesta segunda-feira, ainda está se apropriando de todas as questões e se colocou à disposição de todos. **3.3 –**
138 ***Publicação de Decreto Municipal nº 12.064, de 13 de agosto de 2025. Cria o Comitê Intersetorial da Política***
139 ***Municipal para a População em Situação de Rua (Comitê Pop Rua);*** Foi informado ao colegiado sobre o Decreto
140 Municipal nº 12.064, de 13 de agosto de 2025, que determina a criação do Comitê Intersetorial da Política

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

141 Municipal para a População em Situação de Rua. Conselheiros da gestão explicaram que esse decreto foi criado
142 devido a adesão que foi feita ao “Ruas Visíveis”, que é um plano nacional que visa garantir direitos e um futuro
143 digno para a população em situação de rua. O comitê foi criado conforme as orientações do Ministério dos Direitos
144 Humanos -MDH, o plano já está sendo elaborado, e é um comitê intersetorial. Já está em funcionamento, com
145 reunião marcada para já iniciar com as demandas. O Comitê Pop Rua tem as seguintes atribuições: propor o Plano
146 Municipal da Política para Pessoas em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos,
147 responsabilidades e orçamentos para cada uma das áreas de políticas públicas envolvidas; articular os diferentes
148 setores da administração pública para garantir uma atuação integrada e eficiente no atendimento à população em
149 situação de rua; acompanhar e monitorar a política municipal, propondo ajustes e melhorias para garantir sua
150 efetividade; garantir a participação da população em situação de rua nas decisões e ações da política, promovendo o
151 controle social e a participação cidadã; contribuir para o fortalecimento da Política para a População em Situação de
152 Rua, adaptando-a às necessidades e realidade local; propor e organizar encontros com outros segmentos do
153 município para ampliar o acesso às informações e encaminhamentos voltados à população em situação de rua; e
154 instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discussão acerca das vulnerabilidades, riscos sociais e
155 processos de exclusão a que são submetidas as pessoas em situação de rua, historicamente, bem como analisar e
156 propor formas de inclusão social para elas. Viviane falou sobre uma situação de agressão a uma pessoa em situação
157 de rua, que aconteceu na semana anterior, e ressaltou que o conselho deveria participar mais e a comissão de
158 comunicação publicar uma nota de manifestação sobre isso. A conselheira Aline se propôs a elaborar a nota e
159 encaminhar para aprovação dos conselheiros. **3.4 – Publicação de Nota Pública do CNAS ao Congresso**
160 ***Brasileiro;*** Foi informado sobre a publicação da Nota Pública do CNAS ao Congresso Brasileiro que manifesta
161 contra à constante negligência do Congresso Nacional em garantir os recursos orçamentários necessários e
162 suficientes para o pleno funcionamento da Política de Assistência Social no Brasil. A conselheira Aline Lima
163 explicou sobre a situação da última reunião do Conselho Nacional, em que o congresso desconsiderou a proposta
164 feita pelo CNAS, referente à pasta orçamentária da Assistência Social, justificando que não seria uma pauta
165 relevante para sociedade. Dessa forma, o colegiado nacional realizou uma reunião extraordinária e elaborou essa
166 nota para publicação. **3.5 – Lembrete – Reunião Extraordinária – logo após a reunião ordinária;** Os conselheiros
167 foram lembrados que após a reunião ordinária, haveria a 6ª reunião extraordinária. **3.6 – Palavra aberta aos**
168 ***conselheiros e convidados.*** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas (10h), tendo sido
169 gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Luiza Pasquarelli, estagiária administrativa, lavrei a
170 presente ata, que foi revisada pela Secretária Executiva do CMAS, Maria Amélia Faciroli Vergara, e que uma vez
171 lida e aprovada pelo colegiado será anexada à lista de presença.